



**IAB** INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS  
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

EXMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS  
BRASILEIROS

Indicação n. 011/2023. Projeto de Lei nº 2.822/2022 do Senado Federal. Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para assegurar a doação de órgãos duplos como hipótese de remição de pena.

Indicante: Ana Arruti.

Palavras-chave: política criminal; doação de órgãos; remição; pena.

O Projeto de Lei nº 2.822/2022, de autoria do Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), propõe que a doação de órgãos duplos, como o rim ou o pulmão, implique a remição de 50% da pena total imposta ao condenado, devendo o restante ser cumprido em regime aberto.

O projeto dispõe que a doação de órgãos para fins de remição poderá ser feita após o cumprimento de 20% da pena e a decisão deverá ser tomada de forma livre e voluntária pelo apenado, devidamente acompanhado por advogado, na presença do Juiz da execução penal e após ouvido o Ministério Público. A doação será custeada pelo Estado e o benefício não contemplará indivíduos reincidentes em casos de crime hediondo.

A justificativa da proposta se baseia nos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e da solidariedade. O argumento utilizado é que a medida seria benéfica para todos os envolvidos, tanto os condenados, que possuem o direito subjetivo de serem doadores de órgãos como quaisquer outros cidadãos, quanto aqueles que aguardam transplantes na fila no Sistema Único de Saúde.



**IAB** INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS  
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

O Projeto foi apresentado em novembro do ano passado no Senado, onde está pendente de apreciação para encaminhamento à Câmara dos Deputados para fins de revisão. Por ora, inexistem emendas ou substitutivos.

Vale frisar que o tema não é novo e foi proposto ao Congresso em outras ocasiões, nas quais não chegou à aprovação. O Projeto nº 1321/2003, por exemplo, que se encontra ainda em trâmite e ao qual foram apensadas uma série de outras propostas afins, propõe permitir “*a presidiário que se inscreva como doador vivo de órgãos, partes do corpo humano ou tecidos para fins terapêuticos, requerer redução de pena após a aprovação do procedimento cirúrgico*”.

O assunto suscita opiniões acaloradas e encontra eco em outros países, como os Estados Unidos, onde existem propostas similares.

Trata-se, assim, de tema da mais alta relevância pública e jurídica, a respeito do qual o IAB não pode deixar de se pronunciar. Desse modo, encaminho a V.Exa a presente como INDICAÇÃO, esperando que, submetida ao Plenário e uma vez reconhecida a sua pertinência, seja encaminhada para a Comissão de Criminologia para a elaboração do parecer pertinente.

Ana Arruti

Indicante